

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: setembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Governo propõe 'trocar' dívida por floresta - Sítio Eletrônico da CNA - 01/09/2009	4
Governo propõe 'trocar' dívida por floresta - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócio - 01/09/2009	5
Seguro rural - deficiências e soluções - João Sampaio - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 02/09/2009	7
BB terá fundo para investir em ativos do agronegócio - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 03/09/2009	8
Stephanes: Brasil terá política agrícola de médio e longo prazo - Sítio Eletrônico do MAPA - 04/09/2009.....	9
Pronaf tem crescimento de 164% em operações do Banco do Brasil - Sítio Eletrônico do MDA - 09/09/2009	10
Registros de títulos do agronegócio podem superar R\$ 50 bilhões - Mônica Scaramuzzo e Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 10/09/2009	11
Desconhecimento ainda limita expansão - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 10/09/2009.....	13
Lei ambiental americana pode elevar preço agrícola - Lauren Etter - Valor Econômico - Internacional- 13/08/2009	14
Prorrogadas as dívidas dos agricultores familiares atingidos pelo temporal sítio eletrônico do Contag - 16/09/2009	15
Governo ainda corre atrás de recurso para bancar seguro rural - Mauro Zanatta - Valor econômico - Agronegócios - 16/09/2009.....	16
BNDES já investiu R\$4,8 bi No setor - Alberto Komatsu e Irany Tereza - Valor Econômico - Economia e Negócios - 17/09/2009	17
Crise acelera consolidação no setor de carnes - Mariana Barbosa - Valor Econômico - Economia e Negócios - 17/09/2009	18
Concentração preocupa pecuaristas - Célia Froufe e Renato Cruz - Valor Econômico - Economia e Negócios - 17/09/2009	19
Definido o novo fundo garantidor do campo - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 29/09/2009	20

Subsídio pode ser saída para pequeno produtor - Valor Econômico - Agronegócios - 30/09/2009	21
Subsídio pode ser saída para pequeno produtor - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 30/09/2009	22

Governo propõe 'trocar' dívida por floresta – Sítio Eletrônico da CNA – 01/09/2009

O governo aposta em incentivos ao abatimento de dívidas agrícolas e no uso de áreas degradadas para convencer o produtor rural a investir na ampliação de áreas cultivadas com florestas no país. A proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos também cria alternativas para questões de mudanças climáticas, como pagamento por serviços ambientais, e de produção de energia a partir de fontes renováveis. O Programa Nacional de Floresta Plantada, em debate no governo, prevê dois modelos para a quitação da dívida rural dos produtores por meio da emissão de títulos lastreados em florestas plantadas ou da venda futura de créditos de carbono.

Pela proposta, os débitos rurais, estimados entre R\$ 36 bilhões e R\$ 130 bilhões, seriam equacionados com a constituição de sociedades de propósito específicos (SPEs) controladas por fundos compostos por produtores, indústrias de papel e celulose e outros investidores. Outra opção seria formalizar parcerias de longo prazo entre produtores e indústrias para a securitização de recebíveis das dívidas de produtores em mercado secundários. "Precisamos de terra para plantar, usar áreas degradadas e trocar dívidas pelo plantio de florestas", diz o ministro interino de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas.

Os "sinais do mercado", segundo ele, são de forte demanda no longo prazo. Vargas afirma haver concordância de produtores e ambientalistas em relação à troca de dívidas. "É um projeto 'ganha-ganha' e está muito avançado no governo". Os benefícios ambientais seriam relevantes. As reservas naturais do país em florestas plantadas, avalia, poderiam crescer dos atuais 5,3 milhões para 27 milhões de hectares em 2050. E a fixação de gases causadores do efeito estufa superaria 6 milhões de toneladas de CO₂ até lá. A expansão dessas florestas em áreas degradadas poderia ocupar 13 milhões de hectares adicionais até 2050.

Os estudos da SAE mostram que o mercado internacional de madeira e derivados passaria dos atuais US\$ 230 bilhões para algo entre US\$ 560 bilhões e US\$ 840 bilhões até 2020. "É um colosso de recursos para aproveitar. Hoje, temos apenas uma fatia de 3,2% disso. Só para manter nossa participação, teríamos que dobrar a produção no futuro", diz Vargas. A receita bruta da indústria, segundo projeções, saltaria de R\$ 30,6 bilhões, em 2009, para R\$ 168,5 bilhões até 2050. A arrecadação direta de tributos poderia aumentar sete vezes, para R\$ 60 bilhões, e a geração de empregos passaria de 710 mil para 1,6 milhão de vagas diretas.

A equipe da SAE tem mantido conversas reservadas com BM&F-Bovespa, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e empresas de base florestal e siderúrgicas para acertar os detalhes dos modelos do novo programa. O governo aposta em um mercado "sólido, crescente e comprador" no longo prazo.

Parte dos ambientalistas vê como positiva a iniciativa do governo. "Finalmente, começamos a cruzar a política de crédito agrícola com as políticas ambientais. Resta ver se haverá o vínculo mais importante, que é a regularização", diz Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil. Embora não tenha detalhes da proposta nem tenha sido consultada, a dirigente da ONG argumenta ser importante a criação de estímulos à regularização das propriedades, como o cadastro rural e o reflorestamento de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP).

O abatimento de dívidas em troca do cumprimento do Código Florestal, porém, é polêmico. Na avaliação de parte da sociedade civil, trata-se de "recompensar" aqueles que não cumpriram a lei. A TNC rejeita essa posição. "Estamos falando, na verdade, de algo adicional, de uma remuneração por serviços ambientais prestados", diz Ana Cristina, referindo-se à regulação do clima e à manutenção da água, entre outros pontos, garantidos pela floresta de pé. "Não vejo problema em pagar para a regularização. O governo não pagou para recolher armas ilegais? Por que não pode pagar para as florestas?"

A proposta do governo soa bem aos ouvidos de especialistas. A produção da indústria de base florestal cresceu 6% ao ano nos últimos 15 anos e precisa elevar a base produtiva para atender à crescente demanda. O preço da madeira registrou valorização de 250% desde 2000. Os estímulos ao produtor são atraentes.

"É um investimento sem vínculo com ativos financeiros, elimina problemas de armazenagem e dá ganhos de apreciação da terra", resume o consultor Marco Tuoto, da paranaense STCP Engenharia de Projetos. Mas há desvantagens. "O período de maturação é longo, resulta em baixa liquidez e imobilização de ativos, como a terra". O modelo serviria melhor, diz, para produtores das regiões Sul e Sudeste do país, além do sul do Nordeste. O eucalipto demora sete anos para maturar. O pinus leva entre 18 e 20 anos e a teca, de 20 a 25 anos. Incentivos como adiantamentos de recursos para plantio e certificação e monitoramento da produção seriam importantes para estimular a entrada de produtores rurais no negócio.

* Autor: Mauro Zanatta. Colaborou Bettina Barros. Notícia publicada no Jornal Valor Econômico desta Terça-Feira - 01/09/2009.

Governo propõe 'trocar' dívida por floresta – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 01/09/2009

O governo aposta em incentivos ao abatimento de dívidas agrícolas e no uso de áreas degradadas para convencer o produtor rural a investir na ampliação de áreas cultivadas com florestas no país. A proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos também cria alternativas para questões de mudanças climáticas, como pagamento por serviços ambientais, e de produção de energia a partir de fontes renováveis. O Programa

Nacional de Floresta Plantada, em debate no governo, prevê dois modelos para a quitação da dívida rural dos produtores por meio da emissão de títulos lastreados em florestas plantadas ou da venda futura de créditos de carbono.

Pela proposta, os débitos rurais, estimados entre R\$ 36 bilhões e R\$ 130 bilhões, seriam equacionados com a constituição de sociedades de propósito específicos (SPEs) controladas por fundos compostos por produtores, indústrias de papel e celulose e outros investidores. Outra opção seria formalizar parcerias de longo prazo entre produtores e indústrias para a securitização de recebíveis das dívidas de produtores em mercado secundários. "Precisamos de terra para plantar, usar áreas degradadas e trocar dívidas pelo plantio de florestas", diz o ministro interino de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas.

Os "sinais do mercado", segundo ele, são de forte demanda no longo prazo. Vargas afirma haver concordância de produtores e ambientalistas em relação à troca de dívidas. "É um projeto 'ganha-ganha' e está muito avançado no governo". Os benefícios ambientais seriam relevantes. As reservas naturais do país em florestas plantadas, avalia, poderiam crescer dos atuais 5,3 milhões para 27 milhões de hectares em 2050. E a fixação de gases causadores do efeito estufa superaria 6 milhões de toneladas de CO₂ até lá. A expansão dessas florestas em áreas degradadas poderia ocupar 13 milhões de hectares adicionais até 2050.

Os estudos da SAE mostram que o mercado internacional de madeira e derivados passaria dos atuais US\$ 230 bilhões para algo entre US\$ 560 bilhões e US\$ 840 bilhões até 2020. "É um colosso de recursos para aproveitar. Hoje, temos apenas uma fatia de 3,2% disso. Só para manter nossa participação, teríamos que dobrar a produção no futuro", diz Vargas. A receita bruta da indústria, segundo projeções, saltaria de R\$ 30,6 bilhões, em 2009, para R\$ 168,5 bilhões até 2050. A arrecadação direta de tributos poderia aumentar sete vezes, para R\$ 60 bilhões, e a geração de empregos passaria de 710 mil para 1,6 milhão de vagas diretas.

A equipe da SAE tem mantido conversas reservadas com BM&F-Bovespa, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e empresas de base florestal e siderúrgicas para acertar os detalhes dos modelos do novo programa. O governo aposta em um mercado "sólido, crescente e comprador" no longo prazo.

Parte dos ambientalistas vê como positiva a iniciativa do governo. "Finalmente, começamos a cruzar a política de crédito agrícola com as políticas ambientais. Resta ver se haverá o vínculo mais importante, que é a regularização", diz Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil. Embora não tenha detalhes da proposta nem tenha sido consultada, a dirigente da ONG argumenta ser importante a criação de estímulos à regularização das propriedades, como o cadastro rural e o reflorestamento de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP).

O abatimento de dívidas em troca do cumprimento do Código Florestal, porém, é polêmico. Na avaliação de parte da sociedade civil, trata-se de "recompensar" aqueles que não cumpriram a lei. A TNC rejeita essa posição. "Estamos falando, na verdade, de algo adicional, de uma remuneração por serviços ambientais prestados", diz Ana Cristina, referindo-se à regulação do clima e à manutenção da água, entre outros pontos, garantidos pela floresta de pé. "Não vejo problema em pagar para a regularização. O governo não pagou para recolher armas ilegais? Por que não pode pagar para as florestas?"

A proposta do governo soa bem aos ouvidos de especialistas. A produção da indústria de base florestal cresceu 6% ao ano nos últimos 15 anos e precisa elevar a base produtiva para atender à crescente demanda. O preço da madeira registrou valorização de 250% desde 2000. Os estímulos ao produtor são atraentes.

"É um investimento sem vínculo com ativos financeiros, elimina problemas de armazenagem e dá ganhos de apreciação da terra", resume o consultor Marco Tuoto, da paranaense STCP Engenharia de Projetos. Mas há desvantagens. "O período de maturação é longo, resulta em baixa liquidez e imobilização de ativos, como a terra". O modelo serviria melhor, diz, para produtores das regiões Sul e Sudeste do país, além do sul do Nordeste. O eucalipto demora sete anos para maturar. O pinus leva entre 18 e 20 anos e a teca, de 20 a 25 anos. Incentivos como adiantamentos de recursos para plantio e certificação e monitoramento da produção seriam importantes para estimular a entrada de produtores rurais no negócio. **(Colaborou Bettina Barros, de São Paulo)**

Seguro rural – deficiências e soluções – João Sampaio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/09/2009

Dentre os gargalos das políticas públicas brasileiras para a agropecuária incluem-se deficiências relativas ao seguro. Um dos problemas é que o seu atual desenho atende bancos, mas não às necessidades dos produtores. Mais preocupante ainda é constatar que o governo federal não vê a questão de maneira prioritária, ignorando soluções exequíveis.

A primeira seria criar a Agência de Gerenciamento de Riscos, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que daria o suporte necessário para agregar tarefas e informações, saneando boa parte das dificuldades.

A padronização das informações, aflexibilização e modernização das apólices também são necessárias.

Se analisarmos a experiência de outros países, como Estados Unidos e Espanha, verificaremos que a eficiência do seguro é um dos fatores de sucesso do agronegócio. Para entender melhor o problema brasileiro, é importante avaliar ponto a ponto cada deficiência e apontar as soluções específicas. A primeira dificuldade é a inexistência de um histórico de produtividade, tornando complexas as análises atuariais.

É preciso organizar melhor as informações, incluindo periodicidade adequada (os últimos dados do IBGE são de dez anos atrás) e histórico de produtividade individual ou por municípios.

Outra deficiência é a dificuldade de subscrição/falta de informações.

Para isso, basta criar banco de dados, reunir, cruzar e compartilhar conteúdos.

Um terceiro problema é a falta de suporte às seguradoras/ resseguradoras em caso de catástrofes.

Seria preciso um eficiente Fundo de Repartição de Perdas e uma evolução do programa de subvenção aos prêmios.

Também é fundamental multiplicar o espectro das coberturas, com modalidades como os seguros de investimento agrícola (culturas perenes), de renda, de pragas e doenças para novas culturas/espécies. Do mesmo modo, é preciso ampliar as regras de subvenção, a ser estabelecida por apólice emitida e com flexibilidade por grupos de produtores pequenos, médios e grandes. É necessário, ainda, um seguro que, além da produção, cubra problemas de qualidade e desvalorização da lavoura.

Quanto à padronização e modernização das apólices, cabem: Seguro de Produtividade Agrícola, multirisco, contra causas naturais (seca, chuvas excessivas, granizo, vendaval, tromba-d'água e geada), baseado no histórico de produtividade e de incidência; Seguro de Renda Agrícola, garantindo a renda (produtividade x preço), com base no comportamento do mercado; Seguro Agrícola Personalizado, conferindo liberdade às seguradoras de combinarem diferentes culturas e coberturas (seca, chuvas excessivas, granizo, vendaval, geada, incêndio, raio, pragas e doenças); Seguro de Investimento Agrícola, destinado a culturas perenes, cobrindo o investimento até o momento da produção; e Seguro Agrícola em Grupo, dirigido às cooperativas e indústrias do agronegócio.

No tocante à pecuária, três modalidades poderiam ser criadas: Seguro Pecuário, garantindo a vida dos rebanhos; Seguro de Renda Pecuário, protegendo a renda (produtividade x preço), com base no comportamento do mercado; e Seguro Pecuário Personalizado, oferecendo liberdade de criação de apólices, de maneira a atender às variáveis de produtividade, doenças, peculiaridades regionais e transportes dos animais.

Em paralelo à melhoria do seguro clássico, a sustentabilidade econômica da agropecuária também passa pelo gerenciamento dos riscos de mercado.

Nesse caso, mecanismo inédito no Brasil está sendo estruturado pelo governo do Estado de São Paulo: contratos de opção, a serem operacionalizados com o Banco do Brasil. Essa modalidade, sem as exigências da gestão diária e das complexas operações nos mercados de futuros, que impõem tempo e conhecimento, assegura ao agropecuarista o direito de comprar ou vender um produto a determinado preço.

Assim, se os preços forem maiores, pode beneficiar-se da alta, além de estar protegido da baixa. Como se observa, há soluções concretas e viáveis! Falta apenas priorizar a adoção das medidas necessárias para que nossos produtores rurais não vivenciem, a cada safra, uma aflição e poeira de incertezas.

BB terá fundo para investir em ativos do agronegócio – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 03/09/2009

O Banco do Brasil lançará, em outubro, o primeiro fundo de investimentos exclusivo de participação em empresas do agronegócio. O FIP Brasil Agronegócios, gerido pelo BB em parceria com a BRZ Investimentos, um braço de gestão de recursos do grupo GP Investimentos, captará até R\$ 1,2 bilhão para adquirir participação acionária em companhias, projetos e ativos do setor.

O FIP Agro já captou R\$ 800 milhões de cotistas institucionais, como fundos de pensão, além de fundos de renda variável, corretoras e fundos internacionais dedicados a operações de "private equity". No alvo, estão empresas de insumos, agricultura, pecuária, processamento, distribuição, serviços, exportadoras, infraestrutura e estrutura produtiva no setor de agronegócios.

Mesmo sem ter fechada a captação de recursos, o BB Banco de Investimentos e a BRZ já têm um portfólio de 20 empresas de vários segmentos, mas não deve revelar nomes até a regulamentação final do fundo pela Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), prevista para o fim de setembro. As operações efetivas do novo fundo devem começar em novembro ou dezembro.

As regras do fundo preveem um cronograma de retorno financeiro acima do CDI. Os investimentos devem ter prazo médio de oito anos. Ao fim dos contratos de gestão, as empresas poderão recomprar a participação acionária ou abrir capital em bolsa no médio prazo. Mas isso não será uma exigência contratual, já que os cotistas também poderão renovar ou ampliar suas participações nessas empresas. "Na prática, é uma forma de capitalização das empresas do setor", diz o vice-presidente de Agronegócios do BB, Luís Carlos Guedes Pinto. A crise financeira internacional abriu um "leque de opções" para investidores no agronegócio.

Fundos internacionais de investimento, que terão suas cotas limitadas a 20% do total, têm demonstrado, segundo o executivo, "grande interesse" em alternativas vinculadas a atividades agropecuárias. O fundo de "private equity" será um "embrião" que ajudará a "replicar" o modelo no Banco do Brasil. Podem ser criados novos fundos específicos ou agregados investimentos em um instrumento mais abrangente.

"É uma boa oportunidade para diversificar fontes de financiamento do setor. Além disso, empresas familiares podem dar um salto e profissionalizar sua gestão. Podem virar, por exemplo, uma S.A de capital fechado", avalia Guedes Pinto, ex-ministro da Agricultura entre 2005 e 2006.

O FIP Agro busca empresas médias ou grandes, de capital aberto ou fechado, mas com organização financeira e gestão reforçadas com instrumentos de análise de risco, governança, transparência e bons planos de negócio. "Já conversamos com várias dessas empresas. O setor melhorou suas margens e isso tem facilitado no convencimento de investidores a entrar no negócio", revela o executivo do BB.

O fundo de "private equity" buscará projetos "greenfield" (a partir do zero), empresas de alto potencial de crescimento, com margem de melhoria de rentabilidade e liderança de mercado ou que atuem como veículos de consolidação de um segmento. Há interesse nas áreas de inovação em produtos (pesquisa biológica, por exemplo), sistema de produção (adaptação de cultivares) e metodologias de gestão na agroindústria.

As empresas selecionadas terão consultoria especializada para buscar sub-setores, premissas e originação de investimentos. Os cotistas farão contratos de gestão com as empresas, sobretudo na área financeira, e indicarão membros para ocupar assentos nos conselhos de administração. "Essas empresas precisam admitir a co-participação na gestão porque o investimento requer avaliação contínua", diz Guedes. O fundo terá um comitê de gestão composto por membros dos cotistas, especialistas e "notáveis" do setor.

Stephanes: Brasil terá política agrícola de médio e longo prazo – Sítio Eletrônico do MAPA – 04/09/2009

Londrina/PR (4.9.2009) - Pela primeira vez o Brasil abre uma discussão sobre a importância de ter um planejamento de médio e longo prazo para a agropecuária, afirmou, nesta tarde, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O ministro cumpre agenda em Londrina/PR, onde se reuniu com lideranças do setor e visitou a unidade da Embrapa Soja com o ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas. A agenda faz parte de uma série de visitas a regiões produtoras com o objetivo de colher subsídios para a elaboração de um Plano Nacional de Agricultura, que terá medidas de médio e longo prazo para o setor.

“Esse plano será fundamental para o país que já é responsável por 25% do mercado mundial de alimentos. Hoje o Brasil é a nação que tem as melhores condições do mundo de produzir - com terra disponível, liderança em tecnologia de agricultura tropical, profissionais qualificados e estrutura de produção”, enfatizou Stephanes.

O enfoque central deste plano, segundo o ministro Stephanes, será o de modernizar ainda mais a agricultura nacional, tornar a política agrícola brasileira referência mundial, fortalecer a classe rural e promover a industrialização da agropecuária brasileira.

O diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes, também participou da visita a Embrapa Soja. Esta foi a primeira vez que Arraes esteve na unidade, após assumir o cargo. (*Edit Silva*).

Pronaf tem crescimento de 164% em operações do Banco do Brasil – Sítio Eletrônico do MDA – 09/09/2009

Desde o início da safra 2009/2010 até final de agosto, o Banco do Brasil (BB) investiu mais de R\$ 1,2 bilhão na agricultura familiar, representando um crescimento de 164% em relação ao mesmo período da safra 2008/2009. O banco apresentou estes e outros dados na manhã desta quarta-feira (9), em Brasília (DF), durante coletiva, com a participação do vice-presidente de Agronegócios do BB, Luiz Carlos Guedes, do diretor do Departamento de Agronegócio, José Carlos Vaz, e do secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci.

Na agricultura familiar, foram aplicados R\$ 594 milhões em operações de investimento, representando um incremento de 534% em relação à safra anterior, com destaque para o Programa Mais Alimentos, por meio do qual foram contratadas cerca de 2,2 mil operações no valor de R\$ 96 milhões. Nas operações de custeio, foram aplicados R\$ 670 milhões, um aumento de 74% se comparado com o mesmo período da safra 2008/2009.

Segundo Peraci, as fontes de recursos financeiros para esta safra estão bem programadas, graças ao trabalho feito durante os meses de abril e maio deste ano, o que garantiu que o agricultor familiar já pudesse acessar o crédito rural nos primeiros dias de julho.

O vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luiz Carlos Guedes, destacou que, pela primeira vez, os recursos já estavam liberados nas agências do BB, desde o último 1º dia de julho, para todas as linhas de crédito rural e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso porque já estavam preparadas as normas, os sistemas dos bancos e os recursos necessários.

Produtos de destaque

De acordo com o BB, os principais itens financiados pelo Pronaf, nesta safra, foram milho (35,5%), soja (25,4%), bovinos (12%), café (5,7%), arroz (2,5%), mandioca (2,2%) e feijão (2%).

Até o momento, a Região Norte obteve o maior crescimento de crédito para custeio na safra 2009/2010, com um aumento de 129%. O salto foi de cerca de R\$ 4 milhões acessados pelos agricultores familiares na safra 2008/2009 (de julho a agosto) para mais de R\$ 10 milhões na safra 2009/2010 (mesmo período).

Nas operações de investimento, o Sul saiu na frente com um crescimento de 736%, saindo de aproximadamente R\$ 41 milhões na safra 2008/2009 (de julho a agosto) para mais de R\$ 347 milhões na safra 2009/2010 (mesmo período). Guedes ainda destacou o Programa Mais Alimentos pela contribuição no aumento das operações de investimento na safra 2009/2010.

R\$ 90 milhões para biocombustível

O Banco do Brasil também anunciou, nesta quarta-feira (9), a assinatura de um convênio com a Petrobras Biocombustível no valor de R\$ 90 milhões. O objetivo é financiar agricultores familiares que produzem mamona, girassol e soja, destinados à fabricação de biocombustível, na região das usinas localizadas em Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG).

De acordo com o BB, cerca de 60 mil agricultores e cooperativas serão beneficiados por meio da linha de crédito de custeio agropecuário do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Registros de títulos do agronegócio podem superar R\$ 50 bilhões - Mônica Scaramuzzo e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2009

Os títulos do agronegócio tornaram-se este ano uma das principais alternativas de crédito para as agroindústrias, que enfrentam forte escassez de financiamento desde o estouro da crise financeira global há um ano.

Nos primeiros oito meses de 2009, o registro de financiamentos por meio desses papéis somou R\$ 33,37 bilhões e pode ultrapassar R\$ 50 bilhões até dezembro. O estoque desses títulos neste ano chegou a R\$ 11 bilhões. Em 2008, os registros atingiram R\$ 38,3 bilhões, segundo dados da BM&FBovespa, Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) e Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) obtidos pelo Valor.

Tradings de commodities agrícolas e usinas sucroalcooleiras estão recorrendo aos papéis para obter crédito. Para atender à demanda do mercado, os títulos financeiros do agronegócio foram reestruturados com objetivo de evitar eventual "default" ou sua inclusão na lista de credores de empresas em processo de recuperação judicial. As operações, que antes exigiam apenas garantias de penhor, agora incluem também garantia de alienação fiduciária.

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), um título emitido por bancos e lastreado em recebíveis de produtores - como Cédulas de Produto Rural (CPRs),

duplicatas e notas promissórias rurais -, manteve-se como principal papel no mercado, apontam os dados. Mas os demais papéis, como CDA-WA (Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário), CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), também tendem a ter maior demanda no médio prazo.

A advogada Marina Procknor, do escritório Mattos Filho, afirma que a busca por CRAs começa a ter impulso a partir deste segundo semestre. Esses títulos são emitidos por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. "A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) definiu [no fim do ano passado] as normas para o CRAs nos mesmos moldes do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)", diz. Com isso, a demanda por esse título deverá crescer, uma vez que as regras foram definidas.

Marina afirma que os títulos do agronegócio são fontes alternativas de crédito para empresas que buscam financiamentos, sobretudo em instituições tradicionais, como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e também em bancos comerciais. "Estes títulos não substituem outros canais de financiamento, agregam".

Com a crise financeira global, os prazos de liquidação desses papéis, que eram de três a quatro anos, caíram para 360 dias, aponta o especialista Renato Buranello, do escritório Buranello Passos Advogados. "Não tem mais a flexibilização [de prazo] por causa da crise."

A advogada Nathalie Cortes, também da Buranello Passos, informa que a reestruturação dos títulos também foi consequência da crise. "Depois que algumas empresas, sobretudo usinas e frigoríficos, entraram com pedido de recuperação judicial, os financiadores começaram a fazer essa blindagem", diz. O artigo nº 49 da Lei de Falências e Recuperações (nº 11.101/2005) criou uma regra específica para os credores garantidos por propriedade fiduciária. O mecanismo foi instituído para garantir o direito e reduzir o risco do credor.

Os títulos têm atraído operadores do setor em razão do baixo risco, alta liquidez e da garantia lastreada na produção. O custo de operação é a taxa Selic mais 2% ou 3% ao ano. Com os juros em queda, o atrativo aumenta. Além disso, há os benefícios fiscais dos papéis. Ao usar os títulos, as agroindústrias não pagam Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e os bancos emissores não precisam fazer o depósito compulsório de 25% sobre esses valores no Banco Central. Também não precisam cobrir 100% do risco das operações e ficam isentas de recolher 0,2% sobre cada operação ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mecanismo de garantia de depósitos bancário até R\$ 60 mil.

Na outra ponta, investidores pessoa física têm isenção de Imposto de Renda (IR) e são, assim, estimulados a trocar os tradicionais Certificados de Depósito Bancário (CDBs) por esses novos títulos. O alvo dos bancos são os clientes "private", de alta renda. As tradings usam as LCAs, por exemplo, para captar recursos mais baratos no mercado e reduzir custos de carregamento de dívidas de produtores.

O crescimento do agronegócio no país e a redução dos juros deixam os papéis ainda mais atraentes no mercado.

Há discussões no governo sobre novas formas de incentivo ao uso de CDAs-WAs para financiar o carregamento de estoques de produtos. O governo poderia permitir, por exemplo, a "venda" dos papéis para que uma trading fizesse operação "compromissada" com bancos de atacado, impedidos de emprestar ao setor rural, com garantia de recompra futura. Atualmente, CDAs-WAs estão limitadas à emissão por

armazenadores. Os bancos e o BC também debatem o uso dos títulos lastreados em cédulas de crédito rural para efeitos de cumprimento das aplicações obrigatórias em crédito rural. O Banco Central diz que não pode, mas alguns bancos têm operado dessa forma.

Desconhecimento ainda limita expansão - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2009

Criados pela Lei nº 11.076, de dezembro de 2004, o CDA (Certificado de Depósito Agropecuário) e o WA (Warrant Agropecuário), dois dos chamados novos títulos de crédito do agronegócio que começaram a ganhar alguma relevância nos últimos anos, têm um grande potencial de crescimento pela frente, mas o ritmo desse avanço dependerá, em boa medida, da própria modernização das engenharias financeiras montadas pelos produtores rurais para financiar suas atividades.

Segundo Marcos Albino Francisco, diretor da NSG Capital e da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é o novo título voltado ao setor de maior sucesso até agora justamente por ser destinado a operações estruturadas. Para ele, o CDA e o WA podem até ajudar a baratear as estruturas montadas pelos agentes econômicos envolvidos nessa cadeia, mas para isso tais agentes também têm de identificar nos títulos uma alternativa rentável.

"As operações estruturadas têm de ser mais baratas. O crédito rural [oficial] [e barato [tem taxas de juros subsidiadas], mas não é suficiente", diz Francisco. No orçamento do Plano de Safra 2009/10, que entrou em vigor em julho, o governo prevê a liberação de R\$ 107,5 bilhões em crédito rural, dos quais R\$ 92,5 bilhões destinados à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à agricultura familiar.

"Temos ótimos instrumentos de crédito disponíveis, mas pouco conhecidos pelos produtores e pelos agentes", afirma Francisco. Para ajudar a impulsionar o CDA e o WA, Andima e Cetip concluíram recentemente um estudo que aponta as vantagens dos papéis e os obstáculos para a sua disseminação, que, em parte, têm relação com a falta de conhecimento.

Como lembra o estudo, o CDA e o WA são emitidos simultaneamente pelo depositário (armazém), inclusive cooperativas, a pedido do depositante. O CDA representa a promessa de entrega de produtos agropecuários, enquanto o WA representa a promessa de pagamento em dinheiro, que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente e sobre o produto nele descrito. Ambos são títulos de crédito executivos extrajudiciais.

Ao contrário da tradicional CPR, que pode ser ou não inscrito em sistema de registro e de liquidação financeira autorizado pelo Banco Central, para os novos títulos o registro é obrigatório e deve ser feito em um prazo de até 30 dias a partir da data de emissão.

Lei ambiental americana pode elevar preço agrícola - Lauren Etter – Valor Econômico – Internacional- 13/08/2009

Algumas das maiores empresas de alimentos e de agronegócios dos Estados Unidos se mobilizaram para tentar mostrar como um projeto de lei para combater o efeito estufa que tramita no Congresso americano é "mal concebido" e pode causar inflação nos alimentos.

Um grupo de gigantes agrícolas, que inclui Archer-Daniels-Midland, Cargill, Tyson Foods e General Mills, teme que as empresas acabem arcando com uma porção maior dos custos dessa legislação, segundo um memorando ao qual o "Wall Street Journal" teve acesso.

O grupo teme ainda que um projeto de lei aprovado pela Câmara em julho não dê incentivos suficientes para que as empresas agrícolas e alimentícias recebam e comprem créditos de carbono, para compensar suas emissões de gases do efeito estufa.

A indústria de carne teme particularmente que a nova lei possa impor restrições à capacidade de suas operações de criação e engorda gerarem créditos de carbono, que compensariam as emissões de gases do efeito estufa. Fabricantes de alimentos e produtores de carne produzem dióxido de carbono de várias maneiras, seja com caminhões para transportar os produtos ou com abatedouros que usam energia gerada por gás natural.

Pelo projeto de lei contra o efeito estufa, um crédito de carbono é gerado quando uma empresa reduz a quantidade de gases nocivos lançados na atmosfera.

Criadores de animais, por exemplo, gostariam de obter créditos capturando metano de lagoas de estrume, entre outras coisas.

Os créditos criados assim poderiam ser vendidos a outros poluidores ou usados pelo próprio produtor para diminuir o seu total de emissões. Algumas empresas teriam de pagar multas se emitirem mais carbono que o permitido sem comprar créditos.

Entre os outros integrantes da coalizão estão a Associação de Fabricantes de Alimentos, o Instituto Americano da Carne e o Instituto Americano da Comida Congelada.

O grupo foi criado informalmente há uns dois meses, mas se tornou mais ativo agora, depois de concluir que seus integrantes não obtiveram concessões suficientes na lei aprovada pela Câmara, dizem lobistas do setor. O Senado deve votar sua própria versão da lei na volta do recesso, mês que vem.

O lobby agrícola obteve várias concessões na Câmara, como isenção do controle de várias fontes de carbono, tais como fertilizantes. O projeto da Câmara também criou vários programas para ajudar os produtores rurais a gerar créditos de carbono que compensem suas próprias emissões.

Mas as grandes empresas de alimentos e de agronegócio acham que não receberam o suficiente. Numa carta enviada mês passado para os senadores Barbara Boxer e James Inhofe, o grupo alegou que o projeto da Câmara "vai aumentar o preço dos alimentos e da ração e reduzir a competitividade internacional de nossas empresas".

A carta diz que o Congresso "deve exercer cautela extrema para evitar impactos adversos na estabilidade do suprimento, preço, segurança e acessibilidade dos alimentos para os produtos de consumo necessários". A carta também criticou o projeto da Câmara dizendo que ele não oferece assistência de transição para "famílias de baixa renda que lutam contra a inflação dos alimentos".

Quando os estudos do grupo forem divulgados, possivelmente no fim do mês, é provável que reacendam a tensão entre produtores de alimento e de álcool combustível, que esquentou desde 2007, quando o Congresso aprovou uma lei energética que impulsionou fortemente as usinas de álcool dos EUA.

Já os fabricantes de alimentos têm reclamado que a lei aumentou os preços de milho e de outros ingredientes cruciais e acabou inflacionando os preços nos supermercados, à medida que as usinas de álcool consumiam mais e mais milho para seus fins. E as usinas, por sua vez, acusam as fabricantes de usar esse argumento como cortina de fumaça para esconder seus reajustes nos preços.

Prorrogadas as dívidas dos agricultores familiares atingidos pelo temporal sítio eletrônico do Contag - 16/09/2009

O ministério do Desenvolvimento Agrário irá prorrogar todos os financiamentos de custeio e investimento dos agricultores familiares dos municípios atingidos por chuva forte e tornado no extremo oeste e meio oeste do estado. Também vai disponibilizar uma linha de crédito de R\$ 75 milhões, que beneficiará cada família de agricultor com até R\$ 100 mil para recuperação das propriedades. Essa linha é nos moldes da que atendeu os agricultores familiares do Litoral atingidos por catástrofes no final do ano passado. O dinheiro já está disponível e será pago a juros de 2% ao ano e carência de três anos para começar a pagar. O fundo de aval do governo do estado será disponibilizado para garantir a liberação do crédito.

O presidente da Fetaesc, Hilário Gottselig, integra a comitiva do governador Luiz Henrique da Silveira, prefeitos e parlamentares catarinenses que foram a Brasília em busca de recursos para a população e áreas atingidas. "Não poderemos recuperar as vidas que se perderam em mais uma tragédia climática em nosso estado, mas vamos trabalhar para que as medidas sejam tomadas imediatamente e traga tranquilidade as pessoas", resume o dirigente.

Além do Desenvolvimento Agrário, as audiências aconteceram também com os ministérios da Agricultura, das Cidades e da Integração Nacional. A comitiva catarinense aproveitou a cerimônia de sanção da lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, para entregar presidente Lula o relatório elaborado pela defesa civil do estado onde aponta um prejuízo de R\$ 211,8 milhões.

A Secretaria Nacional da Defesa Civil anunciou a liberação dos R\$ 26 milhões em caráter emergência e os catarinenses esperam que esses recursos para socorro e atendimento às vítimas não demore a ser liberado como aconteceu com os R\$ 45 milhões anunciados na catástrofe de novembro de 2008 e que demoraram duas semanas para serem liberados.

Segundo Hilário Gottselig, outra medida importante acertada com o governador Luiz Henrique é a liberação simplificada para o uso das árvores arrancadas e danificadas. Técnicos da Fatma farão as visitas nas propriedades para a liberação.

Fonte: Marta Guerra, Fetaesc

Governo ainda corre atrás de recurso para bancar seguro rural - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 16/09/2009

No auge da demanda dos produtores pela cobertura do seguro rural, o governo ainda não garantiu parte dos recursos para subsidiar o prêmio das apólices. O Ministério da Agricultura ainda corre atrás de um terço do orçamento original de R\$ 272 milhões, cortado pelo Ministério do Planejamento e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso em 2008.

A demora em garantir os recursos ao principal instrumento preventivo de política agrícola já prejudicou negócios no setor. Seguradoras como Nobre e Mapfre esgotaram seus orçamentos individuais para operações no segmento e ainda aguardam novos recursos para voltar ao mercado.

A forte demanda dos produtores, sobretudo no Sul do país, levou as seguradoras a pedir um adicional de R\$ 44,5 milhões para cobrir os financiamentos da nova safra 2009/10, iniciada em julho. Mas o governo ainda negocia com o Congresso a recomposição do orçamento original para 2009. "O que temos em caixa não dá para subvencionar as operações até o fim desta semana", diz o diretor de gestão de risco rural do Ministério da Agricultura, Wellington Soares de Almeida. "E outras seguradoras, além da Nobre e da Mapfre, devem parar até lá."

Ocorre que o cenário parlamentar é bastante complexo. Para garantir a recomposição, o governo terá que aguardar a votação de um projeto de lei em sessão conjunta da Câmara e do Senado. E isso dependerá de acordos políticos de bastidores para ocorrer.

O objetivo é recuperar os R\$ 90 milhões cortados do orçamento original. Mas o Ministério da Agricultura enfrenta dificuldades para cobrir a contrapartida exigida pela área econômica do governo. "Ainda não temos de onde cortar no orçamento do ministério", diz Almeida. "Estamos no pico das contratações e temos uma pressão adicional porque, neste ano, os bancos liberaram mais cedo os financiamentos aos produtores", afirma.

O Ministério da Agricultura já comprometeu R\$ 147 milhões - ou 80% do disponível até aqui - do total previsto para a subvenção ao seguro rural neste ano. Em 2008, o processo de renegociação das dívidas havia atrasado a demanda por subsídio ao seguro rural. "Esses R\$ 44,5 milhões são uma demanda real. Os problemas climáticos recorrentes na região Sul levaram os produtores a concluir que o seguro resolve mais do que novas rolagens de dívidas". O Paraná, Estado mais prejudicado pelo seca neste ano, tem demanda adicional de R\$ 23 milhões. Santa Catarina e Rio Grande do Sul demandaram outros R\$ 21 milhões. "Estamos trabalhando para incluir esse adicional o mais rápido possível no orçamento", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), autor de emenda ao projeto que garantiria subsídios adicionais.

O Projeto de Lei nº 52/2009 teve o prazo para emendas encerrado na última segunda-feira. Agora, o relator do PL terá até a próxima semana para analisar as 29 emendas apresentados ao texto no Senado. O parecer final deve ficar pronto até dia 4 de outubro. Depois, terá que ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional. Mas não há data-limite para isso.

Além das negociações mais imediatas, o governo trabalha para garantir R\$ 451 milhões em subsídios ao seguro rural no Orçamento Geral da União para 2010. "Pelo que temos de demanda para este ano, vai ser necessário esse valor mínimo para o próximo ano", afirma Almeida.

A reportagem procurou o presidente da Comissão de Seguros da Fenaseg, Wady Mourão Cury, e dirigentes da Mapfre e da Nobre para comentar a situação, mas não obteve contato com nenhum deles até o fechamento desta edição.

BNDES já investiu R\$4,8 bi No setor - Alberto Komatsu e Irany Tereza – Valor Econômico – Economia e Negócios – 17/09/2009

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu, nos últimos dois anos, R\$ 4,8 bilhões para adquirir participações nos maiores frigoríficos do País, incluindo o JBS Friboi e o Bertin.

De acordo como banco, somente no Bertin o investimento foi de R\$ 2,4 bilhões para comprar 27% do capital total da empresa.

No JBS Friboi, o investimento para adquirir 13% de seu capital foi de R\$ 1,4 bilhão, o segundo maior investimento da instituição no segmento.

No início da noite, o banco divulgou nota informando que sua participação acionária na holding criada entre o JBS e o Bertin será de 22,4%. “O BNDES vê de forma positiva essa união, que resultará na maior empresa de proteína animal do mundo, com grande potencial de geração de sinergias, que já nasce listada no Novo Mercado”, diz a nota. O banco declarou aprovar “os movimentos estratégicos anunciados, inclusive no que tange ao processo de internacionalização da JBS e seus planos de abertura de capital da JBS USA, nos EUA.”

De acordo com uma fonte do banco, não haverá financiamento na incorporação do Bertin pelo JBS.

A contribuição financeira do BNDES virá somente da relação de troca das ações das empresas. No Bertin, a participação da BNDES Par, braço de participações do banco, é de 26,9%; no JBS, a participação direta é de 13%, mas o banco também participa por meio de um fundo, o que eleva a fatia para 19,4%. A relação de troca está sendo calculada seguindo a praxe de mercado, de acompanhamento das cotações.

Apesar de não injetar dinheiro novo na operação, o BNDES pode financiar parte da compra da americana Pilgrim's Pride pelo JBS. O volume de recursos investidos pelo banco nessa operação vai depender do resultado da oferta pública que o frigorífico prepara no mercado americano e da eventual participação também de bancos privados no financiamento.

“A ideia é que o apoio do BNDES seja o mais residual possível”, diz uma fonte.

FINANCIAMENTOS

Além da participação no JBS e no Bertin, o BNDES também já liberou recursos de R\$ 818 milhões para comprar 14,7% do capital total do grupo Marfrig, que no início desta semana anunciou a aquisição da Seara Alimentos por US\$ 900 milhões.

O banco também comprou 13,9% do capital da Independência, mas não informa o investimento porque a empresa é de capital fechado.

Nos bastidores do banco, esse é considerado o único investimento malsucedido no setor. Um estudo da ONG Greenpeace batizado de “A farra do boi na Amazônia”, indica que o BNDES investiu R\$ 250 milhões para ter uma fatia na Independência.

Desde 2007, o BNDES aprovou R\$ 941,6 milhões em financiamentos para os quatro frigoríficos nos quais tem participação acionária. Para as demais empresas do setor, estão sendo liberados outros R\$ 442 milhões. Segundo o banco, são recursos para modernização, ampliação de capacidade e aquisição de máquinas e equipamentos.

Sópara o Bertin foram aprovados R\$ 591 milhões. Para o JBS Friboi foram mais R\$ 209,6 milhões. O Marfrig teve a aprovação de R\$ 110 milhões e o Independência, mais R\$ 31 milhões.

Na nota divulgada ontem, o banco se declara “um indutor do processo de formalização e profissionalização vivenciado pelo setor”. “Esse apoio tem sido especialmente relevante para a criação de grandes companhias com foco em proteína animal, com estratégias de diversificação do tipo de proteínas e de mercados. A aquisição de participações acionárias por parte do BNDES tem o objetivo de estimular o aprimoramento da governança corporativa, bem como das práticas socioambientais dessas companhias.”

Crise acelera consolidação no setor de carnes - Mariana Barbosa – Valor Econômico – Economia e Negócios – 17/09/2009

A crise financeira mundial acelerou a consolidação no setor de alimentos no Brasil e acabou levando à criação de três gigantes globais.

Depois de perder bilhões com operações de derivativos financeiros, a Sadia não teve outra saída e não se unirá a Perdigão, associação que levou à criação da segunda maior empresa de alimentos do País, a Brasil Foods. O grupo nasceu com um faturamento de R\$ 22 bilhões, atrás apenas do Friboi.

O Marfrig, que em 2008 registrou faturamento de R\$ 6,2 bilhões, deve encerrar o ano com receitas superiores a R\$ 12 bilhões – crescimento impulsionado por aquisições. A maior foi anunciada no início da semana, quando o grupo adquiriu os ativos da Seara, empresa que pertencia à americana Cargill, por US\$ 900 milhões. A crise e a queda nas exportações de alimentos transformou a Seara em um ativo pouco interessante para a Cargill, que havia adquirido a empresa da Bunge em 2004 por US\$ 130 milhões, com o objetivo de atender ao mercado externo.

“Essas fusões e parcerias são medidas para que a rentabilidade dessas empresas continue crescendo mesmo com o mundo em recessão, onde as vendas não deverão registrar aumentos significativos no longo prazo”, disse o sócio diretor da RC Consultores, Fábio Silveira. Para Silveira, a união do JBS Friboi e Bertin em uma holding é uma adaptação aos novos tempos pós-crise. “As empresas ligadas ao mundo real, como o setor de alimentos, têm de ser pragmáticas porque elas vão demorar mais para se recuperarem mesmo que o mercado financeiro tenha uma recuperação mais rápida.”

Para o sócio da Scot Consultoria, Alcides Torres, não há dúvidas de que as fusões são uma consequência direta da crise.

“Melhor termos a consolidação do que empresas em concordata”, disse ele, que considera as fusões positivas para o País.

“Os frigoríficos estão se transformando em grandes companhias de alimentos e esse é o caminho natural, uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos.”

Na sua avaliação, a criação de grandes empresas globais vai contribuir para aumentar a competitividade do Brasil. “Isso vai ajudar na briga por novos mercados e para o aumento das exportações”, afirmou Torres.

Entretanto, ele acredita que a união de dois grandes frigoríficos, como JBS Friboi e Bertin, poderá ter consequências ruins para a pecuária. “A perspectiva é de preços deprimidos, com os pecuaristas ganhando menos.”

Já José Rezende, líder na área de agronegócios da consultoria PricewaterhouseCoopers, acredita que a consolidação no setor “não deveria” assustar os produtores. “Esse é um processo no qual eles também vão ganhar se forem competentes.”

Para Amaryllis Romano, analista da Tendências Consultoria, a união de JBS Friboi e Bertin vai gerar ganho de escala e um aumento da competitividade.

“Com ganhos de escala, investimentos em tecnologia são mais prováveis, o que abrirá mais portas em relação à competitividade no mercado internacional”, disse ela.

João Sampaio, secretário de Agricultura de São Paulo, considerou a associação entre ambos “inevitável”. O secretário avaliou que a fusão “fortalece o mercado, a indústria nacional”, mas alertou que “o governo terá de seguir atento à concentração para que não haja um efeito danoso aos produtores”.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, evitou manifestar uma posição taxativa a respeito da associação entre Friboi e Bertin. “Como ministro da Agricultura, que tem a função de olhar para o produtor rural, sem desconhecer a grande importância da agroindústria, não posso defender a concentração”, disse. Ele avaliou, porém, que o negócio tende a ampliar a atuação das empresas no mercado externo e suprir algumas ineficiências que as companhias possuem separadamente.

“Pode ser uma solução.”

Mais tarde, o ministro disse não acreditar em uma grande mudança no mercado interno ou em relação aos produtores por conta da associação. “O Bertin (Fernando Bertin, diretor-presidente do frigorífico) deixou claro que tem bom relacionamento com fornecedores e que manteria isso a todo o custo”, relatou.

Concentração preocupa pecuaristas - Célia Froufe e Renato Cruz – Valor Econômico – Economia e Negócios – 17/09/2009

A concentração do mercado de frigoríficos preocupa os pecuaristas.

Ontem, o presidente do Fórum Nacional de Pecuária de Corte, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antenor Nogueira, afirmou, ao avaliar a associação entre o JBS Friboi e o frigorífico Bertin, que tentaria fazer o “jogo do contente” (da personagem da literatura Pollyana) e veria “o lado bom” do fato. Mas, em seguida, reconheceu que se trata de “algo preocupante”.

“O lado bom dessa história é que uma empresa grande garantirá o pagamento ao produtor”, afirmou Nogueira, observando que a inadimplência dos compradores é elevada no setor. Falando de Goiânia, por telefone, Nogueira logo mencionou também o outro lado: “Ainda estamos avaliando, mas não deixe de ser algo preocupante.”

Na capital de Goiás, Nogueira se encontrou na noite de ontem com representantes do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) para determinar uma data-limite para a entrega de números consolidados da associação. O pedido foi feito ao Cepea pela CNA assim que a notícia foi divulgada.

“Queremos que o Cepea faça o mais rápido possível o levantamento nos Estados a respeito do que representa a fusão em termos de abates.”

De acordo com o presidente do Fórum, a CNA, quando estiver de posse dos números, deverá solicitar uma avaliação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Vamos ao Cade, se for necessário, para evitar tentativa de influenciar o mercado. Não podemos deixar que isso ocorra”, disse.

Nogueira evitou fazer uma análise mais profunda sobre o assunto, alegando que ainda faltam muitas informações a respeito: “Boatos existiam muitos, mas é prematuro fazer uma avaliação maior agora, no dia em que recebemos a notícia.” Além do negócio entre JBS Friboi e Bertin, aconteceram recentemente as fusões entre Sadia e Perdigão e entre Marfrig e Seara. “A concentração do mercado não é desejável”, afirmou Sebastião Costa Guedes, presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC).

“Mas a alternativa seria a falta de liquidez e até a quebra de algumas empresas.” Segundo Guedes, seria importante garantir financiamento aos frigoríficos, principalmente aos pequenos e médios, para que os produtores tenham mais alternativas, sem ter de oferecer crédito direto aos clientes.

Os consumidores também estão apreensivos. “Toda vez que diminui a concorrência, existe um risco de monopólio, que pode ser em nível local, e de cartelização”, disse Marcos Pó, assessor técnico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). “As autoridades devem prestar atenção.”

João Sanzovo Neto, presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), afirmou que tem confiança na responsabilidade das empresas perante o mercado, nos órgãos de defesa da concorrência e nos mecanismos de mercado. “Esse é um setor muito pulverizado, com empresas pequenas”, explicou.

“Os varejistas vão procurar fornecedores menores, se houver algum abuso.”

Definido o novo fundo garantidor do campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 29/09/2009

Um artigo e quatro parágrafos serão inseridos na Medida Provisória nº 464, em tramitação no Senado, para criar o Fundo Garantidor de Crédito do Agronegócio. Com aval dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o novo fundo vai garantir o risco das operações de crédito a produtores rurais e cooperativas agropecuárias até o limite de R\$ 2 bilhões.

A medida, que está na fila para ser votada hoje no plenário do Senado, valerá apenas para operações de investimento agropecuário, e não cobrirá empréstimos de custeio e comercialização, apurou o Valor. O novo fundo garantirá até R\$ 10 milhões por beneficiário, que podem cobrir várias operações de crédito.

O texto será incluído no Projeto de Conversão em Lei nº 14, relatado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que trata da criação de um fundo garantidor de R\$ 4 bilhões para autônomos, microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte.

O FGC Agro tem sido negociado com o governo desde o início do ano por parlamentares ruralistas e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como a cobertura será limitada a investimentos, parte da bancada discorda da eficácia da medida.

Mas há quem enxergue na iniciativa um bom início para futuros avanços: “Tem que começar de alguma forma para depois aperfeiçoarmos. Senão, ficamos na busca do excelente sem antes atingir o bom”, afirma o deputado Homero Pereira (PR-MT).

O texto da medida deve ser breve, deixando os detalhes para a regulamentação da nova lei. A emenda incluída na Medida Provisória tratará da integralização de cotas e das obrigações dos participantes do fundo.

Pelo acordo costurado no governo, o fundo será composto por títulos do Tesouro Nacional, moeda corrente, ações de sociedade com participação minoritária (bancos e tradings, por exemplo) e ações de empresas de economia mista federais (como BNDES e Banco do Brasil).

No quesito das obrigações dos participantes do fundo, ficará expresso que o fundo não terá "qualquer tipo de garantia ou aval do Poder Público". As demais regras serão regulamentadas em decreto presidencial.

Será o caso do percentual de participação dos produtores e das tradings no fundo e o prazo de execução de eventuais dívidas em caso de inadimplência.

Pelo acordo, o patrimônio do novo fundo será o último a ser exigido em caso de calote. Se, após a execução da dívida, o banco recuperar o empréstimo, esses recursos deverão voltar a compor o patrimônio do fundo.

A regulamentação do texto também deve estabelecer os limites máximos de garantia prestada pelo fundo. Essa garantia não poderá exceder a 80% do valor de cada operação garantida.

Também deve fixar limites máximos de cobertura de inadimplência, por agente financeiro, que poderão ser "segregados" por conjuntos de operações de diferentes modalidades de aplicação.

O texto estabelecerá, ainda, como será formado o patrimônio do novo fundo. A capitalização deve ser realizada pela integralização de cotas, comissões, resultado das aplicações financeiras dos seus recursos, recuperação de crédito de operações quitadas e outras fontes previstas pelo estatuto a ser redigido em conjunto pelo governo federal e representantes do setor privado.

Esse estatuto também deve prever as operações passíveis de garantia pelo fundo, as garantias mínimas exigidas, a competência para a instituição administradora do fundo para decidir sobre a gestão e a alienação dos bens e direitos do fundo - desde que garantidas a manutenção de sua rentabilidade e de sua liquidez - , além da remuneração da instituição administradora que vai administrá-lo.

Subsídio pode ser saída para pequeno produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 30/09/2009

Ainda que considerem "positivas" as linhas básicas da política agrícola do governo federal de meados da década de 90 para cá, os autores do estudo realizado por Ernst & Young e FGV Projetos afirmam que a estratégia terá de evoluir nos próximos anos para proteger os pequenos agricultores brasileiros da tendência de concentração no campo.

Fernando Garcia, da FGV, divide os pequenos produtores entre os que sobrevivem da agricultura de subsistência, mais concentrados na região Nordeste do país, e aqueles que trabalham em pequena escala com produtos de alto valor agregado, como é o caso dos fumicultores gaúchos.

E aponta a experiência europeia de concessão de subsídios, condenada pelos agentes da "agricultura empresarial", como uma das poucas soluções viáveis para preservar os pequenos carentes da extinção. Algo como a tentativa de incentivar a

produção de mamona para a produção de biocombustíveis, bandeira do governo Lula que ainda não emplacou.

"É preciso de um plano de médio e longo prazos, caso contrário viveremos um problema social", afirma Garcia. "É aí que entra o papel do governo", concorda Renato Gennaro, diretor-executivo da Ernst & Young.

Ressalva feita, sustentam Garcia e Gennaro, a liberdade de preços consolidada nas políticas adotadas na última década deve ser mantida, cabendo ao Estado o papel de orientador e formulador de estratégias capazes de garantir condições vantajosas de acesso ao crédito. Como foi feito no caso das máquinas agrícolas, contempladas com a criação do Moderfrota na virada de 1999 para 2000 e fundamentais para o avanço das vendas de lá para cá. **(FL)**

Subsídio pode ser saída para pequeno produtor – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 30/09/2009

Ainda que considerem "positivas" as linhas básicas da política agrícola do governo federal de meados da década de 90 para cá, os autores do estudo realizado por Ernst & Young e FGV Projetos afirmam que a estratégia terá de evoluir nos próximos anos para proteger os pequenos agricultores brasileiros da tendência de concentração no campo.

Fernando Garcia, da FGV, divide os pequenos produtores entre os que sobrevivem da agricultura de subsistência, mais concentrados na região Nordeste do país, e aqueles que trabalham em pequena escala com produtos de alto valor agregado, como é o caso dos fumicultores gaúchos.

E aponta a experiência europeia de concessão de subsídios, condenada pelos agentes da "agricultura empresarial", como uma das poucas soluções viáveis para preservar os pequenos carentes da extinção. Algo como a tentativa de incentivar a produção de mamona para a produção de biocombustíveis, bandeira do governo Lula que ainda não emplacou.

"É preciso de um plano de médio e longo prazos, caso contrário viveremos um problema social", afirma Garcia. "É aí que entra o papel do governo", concorda Renato Gennaro, diretor-executivo da Ernst & Young.

Ressalva feita, sustentam Garcia e Gennaro, a liberdade de preços consolidada nas políticas adotadas na última década deve ser mantida, cabendo ao Estado o papel de orientador e formulador de estratégias capazes de garantir condições vantajosas de acesso ao crédito. Como foi feito no caso das máquinas agrícolas, contempladas com a criação do Moderfrota na virada de 1999 para 2000 e fundamentais para o avanço das vendas de lá para cá. **(FL)**

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson
Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei,
Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa
e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

